

O desprezo pela democracia

Luiz Bernardo Pericás¹

A tentativa de invasão da sede nacional do Partido Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro pela polícia militar, no dia 28 de julho, é um fato simbólico dos tempos em que vivemos e exemplo claro da investida sistemática e cada vez mais radical das forças conservadoras contra as organizações de esquerda e movimentos sociais. Na ocasião, um debate sobre a desmilitarização da segurança pública promovido pelo PCB foi alvo da truculência da PM, que admitiu estar monitorando aquele encontro. Os agentes só não entraram no local por intervenção do presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (RJ), Marcelo Chalreo, que se encontrava ali no momento. Na Olimpíada, por sua vez, as intimidações das forças de segurança contra torcedores em estádios, expulsos das arenas ou obrigados a retirar camisas e entregar cartazes com a mensagem “Fora Temer”, também mostram inequivocamente que o estado de exceção parece estar voltando a todo vapor (as vaias ao “mandatário”, na abertura dos Jogos, são sintomáticas de sua impopularidade; por sinal, foram rapidamente abafadas pela música alta e pela grande mídia corporativa, com o objetivo de evitar maiores constrangimentos ao então “presidente” interino, que sequer teve coragem de aparecer no Maracanã, para o encerramento do evento).

A liberdade de expressão e os direitos adquiridos pelos trabalhadores há décadas, encontram-se em perigo imediato após o golpe institucional. Os constantes relatos de abusos, arbitrariedades e ataques a estudantes, moradores das periferias e ativistas mostram que o novo ocupante do Planalto não se importa com as críticas nem considera diversos preceitos da Constituição como fundamentais e basilares de nossa ainda frágil e imperfeita democracia. Pelo contrário. A violência contra a população cresce.

Durante todo o processo que levou ao *impeachment* até a atualidade, a direita vem ganhando cada vez mais espaço midiático e institucional. Mesmo antes de Michel Temer assumir a presidência, governos municipais e estaduais conservadores, assim como setores reacionários do Parlamento, têm se mostrado cada vez mais duros com qualquer tipo de

¹ Luiz Bernardo Pericás é professor de História Contemporânea da USP.

oposição a seus interesses. Os fatos deste ano indicam a gravidade do momento: em abril foram assassinados dois militantes do MST, Vilmar Bordim e Leomar Bhorback no Paraná, assim como outro ativista, Ivanildo Francisco da Silva, dirigente do PT e apoiador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Mogeiro (Paraíba). Não custa recordar que naquele mês os deputados federais Antônio Imbassahy (PSDB) e José Carlos Aleluia (DEM) entraram com representações na PGR exigindo a prisão do dirigente do MTST Guilherme Boulos por “formação de milícia privada” e “incitação ao crime”. Em Goiás, por sua vez, o MST está sendo tratado como “organização criminosa” pelas autoridades judiciais, que ordenaram a prisão do geógrafo José Valdir Misnerovicz e do trabalhador rural Luiz Batista Borges, ambos militantes do movimento.

Os indígenas também têm sido vítimas das novas circunstâncias. No dia 14 de junho, em Caarapó, Mato Grosso do Sul, perto da aldeia Teikuê, o jovem guarani kaiowá Cloudione Rodrigues Souza foi assassinado a tiros em disputas com produtores rurais por terras demarcadas pela Funai (outros seis índios, entre os quais, uma criança, também foram baleados). Quatro comunidades da região, que contabilizam em torno de seis mil pessoas (ao todo, o grupo dos Guarani Kaiowá daquele estado somam mais de 45 mil pessoas), necessitam desta área, de 55,5 mil hectares, para garantir a sobrevivência de sua cultura. Capangas, jagunços, milícias armadas e seguranças privados, contratados por fazendeiros ou políticos locais, agem sem limites, com a conivência das autoridades locais. Isso quando não são os próprios policiais e soldados os responsáveis pela repressão aos trabalhadores urbanos e rurais.

Para impor a vigilância e repressão a qualquer tipo de oposição, Temer colocou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o general Sérgio Etchegoyen, filho e sobrinho de dois notórios torturadores da ditadura militar, ao mesmo tempo em que destacou para o Ministério da Justiça, ninguém menos do que o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo Alexandre de Moraes, conhecido por seus ataques brutais a estudantes secundaristas. O atual governo, por sinal, retirou o *status* de ministério das secretarias das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial. Além disso, o mandatário mostra claramente de que lado está ao se aliar a nomes bastante afinados com o setor financeiro e ligados ao tucanato, personalidades que ocupam posições de destaque em sua equipe, como José Serra, Pedro Parente, Maria Sílvia Bastos Marques, Eduardo Guardia e o sionista Ilan Goldfajn.

No Congresso, as alas conservadoras ampliam sua investida, na tentativa de destruir todos os avanços democráticos dos últimos anos. O deputado do PSC Eduardo Bolsonaro chegou a propor, em maio, um projeto de lei para criminalizar o comunismo! Isso para não falar do cancelamento das negociações com a União Europeia, iniciadas pelo último ministro da Justiça de Dilma, Eugênio Aragão, para trazer gradualmente, com recursos internacionais, em torno de cem mil refugiados sírios para nosso país. Esta, que seria uma medida humanitária extremamente significativa, foi rechaçada pelo então governo interino (e, ao que tudo indica, “ordenada” por Alexandre de Moraes), que alegou questões de segurança nacional para cancelar o acordo.

A extinção do Ministério da Cultura foi sintomática. Com a mobilização e protesto de artistas e intelectuais em todo o país, a partir de ocupações, intervenções e manifestações públicas, Temer foi obrigado a reverter sua decisão e reconstituir o MinC, que está nas mãos de um jovem diplomata, sem grande experiência nem qualquer apoio do setor.

O ataque à cultura é explícito. E o macarthismo parece ser uma das marcas desta administração. A Empresa Brasil de Comunicação, por exemplo, se tornou alvo constante do governo. Censura, represálias, demissões, cerceamento a jornalistas, repúdio a uma linha editorial independente e mesmo a possibilidade de encerramento das atividades são algumas das consequências do golpe. Uma emissora pública alternativa e crítica certamente não é prioridade no momento. A EBC, responsável por um conjunto de canais públicos (como, por exemplo, a TV Brasil, NBR, Agência Brasil, Portal EBC, Rádios Nacional e MEC de Brasília e do Rio de Janeiro e a Radioagência Nacional) se destaca por produzir grande quantidade de material com conteúdo nacional e de ser a principal responsável por veicular e divulgar o cinema brasileiro na televisão.

Por falar na sétima arte, o filme *Aquarius*, dirigido por Kleber Mendonça Filho, ganhador do Festival de Amsterdã, tem sido ostensivamente boicotado pelo governo, que ficou insatisfeito com os protestos do elenco contra o golpe parlamentar, em Cannes. Vários integrantes da comissão que deve definir o candidato brasileiro ao Oscar, instituída pela Secretaria de Audiovisual, foram pressionados a sair, principalmente por causa de um de seus membros, o crítico Marcos Petrucelli, opositor de Mendonça Filho. A perseguição ao longa é clara. A mais nova investida foi feita pelo Ministério da Justiça, que determinou uma classificação indicativa

de 18 anos, o que, para a protagonista da película, Sonia Braga, seria o equivalente a uma proibição (o governo teve de recuar mais uma vez, e mudou a indicação para 16 anos).

O balanço do ainda curto mandato de Temer (desde o seu período como interino) em relação aos trabalhadores, minorias e movimentos populares, portanto, é bastante desfavorável. Como apontou João Pedro Stedile, em artigo recente publicado no jornal *Brasil de Fato*, “os golpistas estão disputando cerca de R\$ 200 bilhões do orçamento da União. Já os R\$ 400 bilhões destinados ao pagamento de juros aos bancos são intocáveis. Querem aumentar a idade mínima de aposentadoria para até 70 anos, como defendeu o impostor Temer, mas nenhuma palavra foi dita sobre os R\$ 62 bilhões de isenção da Previdência dado às empresas, somente em 2015. Outra fonte de recursos privados será o patrimônio público. Estão retomando o processo de privatização, começando pelo pré-sal (com a revogação da Lei da partilha, já aprovada na Câmara) e pelo setor elétrico. Estão desmontando os serviços públicos, a ver pelas ameaças às escolas públicas, ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Programa Mais Médicos. Avisaram que nossas terras serão entregues ao capital estrangeiro. Fecharam o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e estão acabando com as políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária”.

Vale acrescentar que se o governo Temer, de um lado, pretende liberar a venda de terra a estrangeiros (uma medida que é rechaçada tanto pelos movimentos sociais como pelas Forças Armadas), de outro, como indica Stedile, está cortando verbas de programas como o de aquisição de alimentos da agricultura familiar e o de construção de casas populares no campo. A tendência é que a aliança entre o governo e o agronegócio se intensifique. Só a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por exemplo, está sendo obrigada a devolver R\$ 170 milhões destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos para o Ministério do Desenvolvimento Social (o PAA contemplou, em 2015, em torno de 40 mil agricultores). Além disso, está em curso a revisão das desapropriações de terra ocorridas há anos.

Não é demais recordar que foi aprovado recentemente um déficit de R\$ 170 bilhões em 2016, acompanhado, não obstante, de significativos incrementos salariais para os servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário (incluindo o aumento do teto de remuneração no serviço público para algo em torno de R\$ 40 mil). Em contraposição, a CNI sugeriu uma jornada de trabalho de 80 horas semanais (sem adicionais) como solução para a crise econômica.

É difícil esquecer que o pacote de medidas econômicas e fiscais anunciado em 24 de maio pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, para além de suas propostas regressivas, foi divulgado, emblematicamente, durante o evento “O Brasil que temos para o Brasil que queremos”, organizado pela revista *Veja*, ao lado do próprio juiz federal Sérgio Moro, que num gesto de total falta de isenção política e imparcialidade (necessárias para quem ocupa seu cargo) mostrou a todos a posição notoriamente tendenciosa e pouco profissional com que tem agido nos últimos meses, ao prestigiar um ato organizado pela mais conhecida publicação da direita brasileira e junto a representantes dos setores conservadores do país.

O sucateamento e desestruturação das universidades também estão na agenda, contando com o apoio de órgãos da grande mídia corporativa para levar adiante o processo de privatização do ensino superior gratuito (o ministro da Educação, Mendonça Filho, inclusive, pretende autorizar a cobrança para cursos de pós-graduação em universidades públicas). Os cortes em programas como o Prouni, Pronatec, Ciência sem Fronteiras e FIES estão a caminho. O próprio CNPq já eliminou 20% das bolsas de iniciação científica que oferecia a alunos de todo o país. O Programa Nacional de Combate ao Analfabetismo (Sistema Brasil Alfabetizado), por sua vez, foi suspenso. Há casos em vários estados de bloqueio, redução, descontinuidade e cancelamento completo dos cursos de alfabetização. Se puderem, tentarão pressionar pelo fim das cotas raciais e da obrigatoriedade de determinadas disciplinas, como Filosofia e Sociologia, no ensino médio. O projeto “Escola sem partido”, neste sentido, é apenas mais um elemento que pode ter efeitos perigosos para a educação no país e um claro indício de criminalização da liberdade de expressão, de pensamento e de cátedra.

A nova administração se esforça para fazer aprovar definitivamente a PEC 241 (que recebeu o aval da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 9 de agosto), que estabelece um teto para os gastos públicos pelas décadas seguintes, permitindo que 23% dos gastos da União, estados e municípios sejam desvinculados, na prática, abrindo espaço para mais cortes em investimentos (se esta proposta passar, o SUS poderá deixar de receber R\$ 80 bilhões nos próximos vinte anos). Para completar, a intenção é começar agora um rápido processo de privatização dos presídios, creches e hospitais.

O golpe institucional ficou tão claro que foi criticado por diversos organismos internacionais e órgãos de imprensa europeus e norte-americanos, enquanto países como

Bolívia, Venezuela, Equador e Cuba condenaram o *impeachment* energicamente, denunciando, inclusive, a composição e perfil dos deputados e senadores que apoiaram esta farsa. Não é demais dizer que 60% dos membros do Senado têm processos abertos na Justiça. Foram esses políticos que votaram para retirar a presidente Dilma do poder.

Todos os discursos e documentos de políticos ou grupos ligados a Temer se dirigem aos “empresários” e ao “mercado”. Em nenhum momento falam ao povo nem tampouco usam o termo “trabalhadores” em suas declarações. É importante apontar que o país vive na atualidade com uma taxa de desemprego de 11,6%, o que equivale a 11,8 milhões de pessoas sem qualquer fonte de remuneração. As soluções propostas por Temer, de retirada de direitos laborais, desmonte de órgãos públicos e criminalização dos movimentos sociais, assim, não contemplam os anseios da população e certamente serão rechaçadas. Por isso, não é de estranhar que uma pesquisa da Vox Populi, em agosto, divulgada pela revista *Carta Capital*, apontou que 79% dos brasileiros defendiam a saída de Temer da presidência, enquanto outra, realizada pelo Data Folha, indicava que em torno de 60% da população queria que o golpista se demitisse no caso do afastamento de Dilma, um número expressivo. E que mostra que a insatisfação com o governo continuará grande.